

EXPANSÃO DA SOJA E CONTROLE DA TERRA NO SUL DO PARÁ¹

SOYBEAN EXPANSION AND LAND CONTROL IN SOUTH PARÁ

Fernanda do Socorro Ferreira Sera Antelo²

Fernando Michelotti³

Simone Cristina Contente Padilha⁴

Resumo: Este artigo analisa o processo de disputa pelo controle da terra em uma frente de expansão da soja, no Sul do Pará, enquanto expressão tanto do contexto mais amplo da fronteira agrícola brasileira, como das especificidades espaciais e históricas e disputas socioeconômicas regionais. Em 2019 realizou-se pesquisa de campo no Sul do Pará, onde foram aplicadas entrevistas com atores-chave entre sojicultores, pecuaristas, funcionários de órgãos públicos, imobiliárias, agricultores impactados e a Comissão Pastoral da Terra-CPT. Argumenta-se, de um lado, que esse processo de expansão da soja comporta uma forte similaridade com o movimento em curso em outras regiões do país, que fica evidente pela concentração das atividades produtivas em torno de poucos produtores rurais, bem como na vinculação desses segmentos em relação ao mercado internacional.

¹ Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto: *Expansão do “agronegócio”, mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado: um olhar crítico sobre as transformações no meio rural brasileiro*, desenvolvido pelo grupo de estudos e pesquisa sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (GEMAP/CPDA/UFRRJ) e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-CPDA-UFRRJ. E-mail. icamiaba@gmail.com.

³ Professor doutor da Faculdade de Ciências Agrárias e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia- PPGPAM, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA. E-mail. Michelotti.f@gmail.com

⁴ Professora doutora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA. E-mail: simonecontente@bol.com.br

De outro, observou-se na especificidade local, dinâmicas de conflitos e alianças entre os sojicultores e pecuaristas, em torno da questão fundiária, ambiental e infraestrutura logística, tratadas como problemas centrais para a consolidação da atividade da soja na região.

Palavras-chave: frentes de expansão; soja; controle de terras; Pará.

Abstract: This article analyzes the process of dispute for control of land in a soy expansion front, in southern Pará, as an expression of both the broader context of the Brazilian agricultural frontier, as well as spatial and historical specificities and regional socioeconomic disputes. In 2019, field research was carried out in the south of Pará, where interviews were carried out with key actors, including soy farmers, cattle raisers, employees of public agencies, real estate companies, impacted farmers and the Pastoral Land Commission-CPT. It is argued, on the one hand, that this soy expansion process bears a strong similarity to the movement underway in other regions of the country, which is evident in the concentration of productive activities around a few rural producers, as well as in the linking of these segments in relation to the international market. On the other hand, it was observed in the local specificity, dynamics of conflicts and alliances between soy producers and ranchers, around the land, environmental and logistic infrastructure issues, treated as central problems for the consolidation of the soy activity in the region.

Keywords: expansion fronts; soy; land control; Pará.

INTRODUÇÃO

O início deste século foi marcado pelo retorno do tema da terra à agenda política internacional. Este fenômeno é motivado por uma racionalidade financeira que transformou a exploração de recursos naturais em ativos negociáveis em mercados futuros (DELGADO, 2012). A financeirização da terra está diretamente associada ao avanço das fronteiras agrícolas e acirramento das disputas pelo seu controle (SAUER; LEITE, 2012).

Corroborando com o debate em curso, este artigo objetiva analisar a disputa pelo controle da terra em uma frente de expansão da soja,

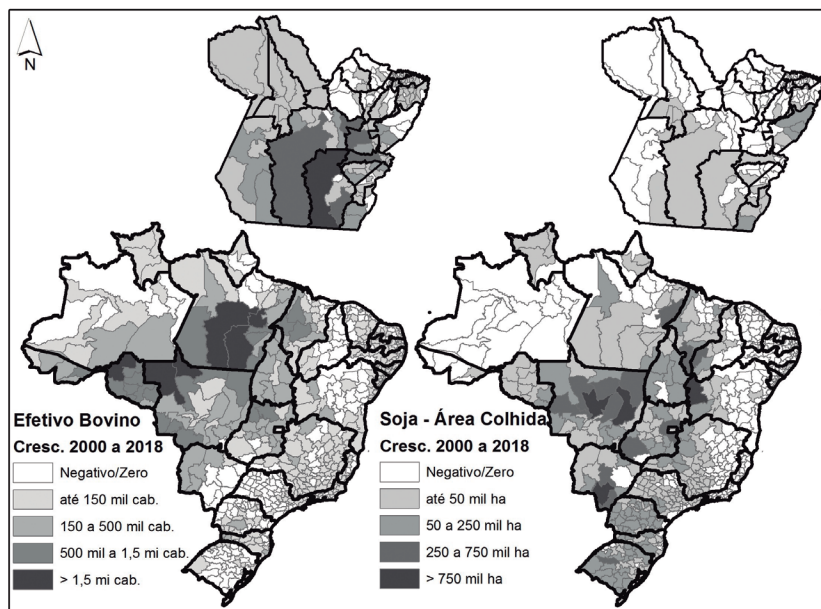
no Sul do Pará, enquanto expressão tanto do contexto mais amplo de expansão da cadeia produtiva da soja em distintas regiões do país, quanto das especificidades espaciais e históricas e socioeconômicas locais. Para isso, foram identificados agentes regionais estruturantes, localizados particularmente nos municípios de Redenção, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, na divisa daquele estado com o Tocantins, em uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Essa região, em função das transformações na sua estrutura produtiva e revalorização da grande propriedade com a entrada dos grãos, apresenta um cenário pautado por tensões territoriais e explicitação de conflitos.

Destacam-se dois conjuntos de questões centrais: o primeiro diz respeito a apropriação e controle da terra, os principais protagonistas e suas estratégias; o segundo, refere-se às tensões e conflitos que esse processo gera, tendo como base a disputa pela terra em si, mas extrapolando-a em uma dimensão propriamente territorial, em que se disputam os marcos normativos, os arranjos produtivos e os mecanismos de reprodução social. Foram esses conjuntos de questões que orientaram esse estudo.

1 EXPANSÃO DE *COMMODITIES* E O FORTALECIMENTO DA GRANDE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA A PARTIR DE 2000

Considera-se que no ano 2000 se inicia uma nova dinâmica do controle e uso da terra no Sul do Pará, potencializado pela expansão da pecuária e da soja, ambas vinculadas ao agronegócio nacional. Conforme a ilustração 1, observa-se uma pecuária bastante consolidada nessa região, enquanto a soja aparece como uma nova frente de expansão, desdobrando-se da expansão nacional. Na área com soja no estado do Pará, verifica-se três polos de produção: A região Oeste, cuja referência é o município de Santarém, a região Leste, com referência no município de Paragominas, e no Sul, destacando-se os municípios de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras.

Ilustração 1 - Crescimento do efetivo bovino e da área colhida de soja entre 2000-08.



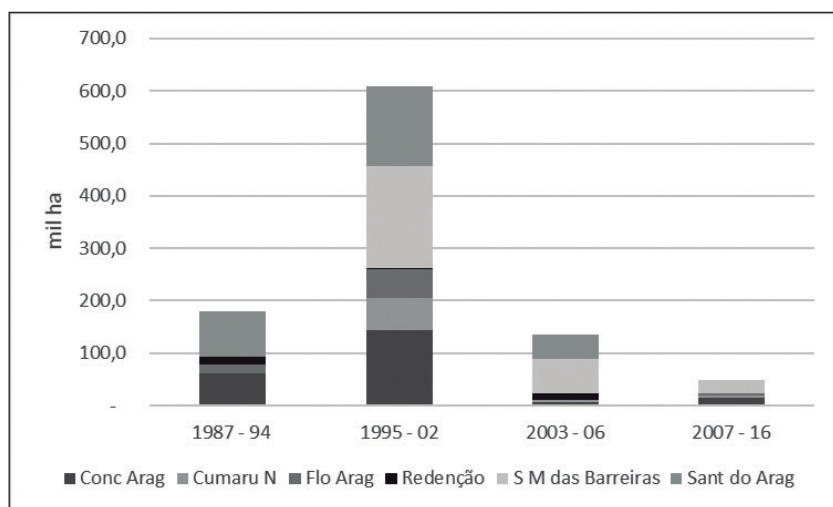
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – PPM/PAM.

Considerando os seis municípios do Sul do Pará, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE, observa-se que, entre 1997 e 2018, houve uma redução da área colhida de gêneros alimentícios da produção familiar e o crescimento das lavouras de *commodities* de exportação. No primeiro caso, o arroz teve uma redução de área colhida de 40,3 mil ha para 2,8 mil ha (-93,0%), a mandioca, de 13,3 mil ha para 4,0 mil ha (-69,7%), e o feijão, de 3,6 mil ha para 1,5 mi ha (-59,3%). No sentido oposto, a soja, cuja área colhida em 1997 era de apenas 30,0 ha, em 2018, atingiu 125,0 mil ha, e o milho, que entre 1997 e 2016 teve redução de 57,4 para 18,9 mil ha, a partir de 2017 voltou a crescer, alcançando, em 2018, 62,1 mil ha, porém deixando de ser uma produção familiar para tornar-se um cultivo associado a soja como milho-safrinha.

O crescimento da área colhida com soja, principal produto do agronegócio de grãos na região, revela a existência de três períodos distintos. Em 2003, a soja começa a ter entrada na região pelo município de Santana do Araguaia, alcançando 17,9 mil ha colhidos em 2006, configurando um período de implantação. Em seguida, observou-se um segundo período, entre 2007-2012, de estagnação, em que a área colhida praticamente se manteve. Por fim, o terceiro período a partir de 2013, no qual a produção de soja teve nova expansão, chegando a 125,0 mil ha de área colhida em 2018.

O crescimento da conexão destes seis municípios ao agronegócio nacional, expresso na expansão da pecuária e da soja, teve como paralelo a reversão da tendência de democratização da terra pela criação dos assentamentos. Enquanto a área total adquirida para criação de assentamentos entre 1995/2002 foi de 608,0 mil ha, nos períodos seguintes foram de, respectivamente, 135,0 mil e 48,9 mil ha, o que demonstra uma queda acentuada na obtenção de terras para reforma agrária na região (cf. ilustração 2).

Ilustração 2 - Área adquirida pelo Inbra para criação de Projetos de Assentamentos



Fonte: INCRA/SIPRA – atualizado em 22/05/2017

Esse processo foi acompanhado por uma elevação do preço da terra nua, medido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de aquisição das terras. Em um bloco de municípios composto por Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia, considerando a terra de qualidade média e os preços deflacionados para jul/2016, o hectare de terra nua passou de R\$ 779,15 em 2002 para R\$ 4.610,17 em 2016, indicando uma valorização de 113,54% a.a.

Esse conjunto de dados indica que, a partir do início dos anos 2000, a região Sul do Pará conectou-se de forma mais decisiva ao movimento expansivo do agronegócio nacional, em primeiro lugar com a pecuária bovina e, mais recentemente, com a soja. Essa dinâmica levou a uma valorização da terra e a uma reversão da tendência democratizante observada nos anos 1990. Reduziram-se, como consequência, tanto a criação de novos assentamentos, como a área colhida com os principais produtos familiares, configurando um novo período de apropriação e controle da terra por grandes proprietários.

2 PROTAGONISTAS DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E CONTROLE DA TERRA A PARTIR DE GRANDES GRUPOS PRODUTORES DE SOJA DA REGIÃO

No que se refere a evolução da área colhida de soja nos principais municípios tratados no item anterior, os dados indicam a importância que Santana do Araguaia adquiriu como área de expansão da soja, seguido por Santa Maria das Barreiras. No período inicial de instalação das lavouras de soja na região, entre 2003-2006, esses dois municípios foram responsáveis por 75,2% da área colhida (67,9% e 7,3%, respectivamente), no momento de estagnação, entre 2007-2012, eles foram responsáveis por 75,7% da área colhida (52,5% e 23,2%, respectivamente) e no terceiro período, de expansão, entre 2013-2018, foram responsáveis por 81,9% da área colhida

(64,7% e 17,3%, respectivamente), que somados ao município de Cumaru do Norte - que ampliou sua participação para 10,4% -, alcançam 92,4% da área colhida total.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, em 2017 havia em Santa Maria das Barreiras 2.788 estabelecimentos agropecuários-EA, dos quais, 30,7% eram considerados patronais e 69,3% da agricultura familiar. Em Santana do Araguaia, dos 2.047 EA, 19,6 % eram patronais e 80,4% da agricultura familiar. Em relação à área ocupada por esses diferentes tipos de EA, a situação se inverte. De um total de 798.318 ha em Santa Maria das Barreiras, 79,3% são ocupados pelo extrato patronal, contra apenas 20,7% aos familiares. No caso de Santana do Araguaia, essa desigualdade é ainda mais relevante, pois em uma área total de 857.864 ha, 83,3% é ocupada por EA patronais, enquanto apenas 16,7% são familiares.

Tabela 1 - EA produtores de soja, por estrato de área e características patronal/familiar, em 2017

Nº Estabel.	Santa Maria das Barreiras			Santana do Araguaia		
	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.
> 0 a < 200 ha	--	--	--	--	--	--
200 a < 500 ha	--	--	--	02	02	--
500 a < 2.500 ha	10	10	--	07	07	--
2.500 ha ou +	13	13	--	16	16	--
Total	23	23	--	25	25	--
Área Colhida (ha)	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.
> 0 a < 200 ha	--	--	--	--	--	--
200 a < 500 ha	--	--	--	590	590	--
500 a < 2.500 ha	7.929	7.929	--	3.642	3.642	--
2.500 ha ou +	20.928	20.928	--	48.775	48.775	--
Total	28.857	28.857	--	53.007	53.007	--

Área Média (ha)	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.	Total	Agr. Patr.	Agr. Fam.
> 0 a < 200 ha	--	--	--	--	--	--
200 a < 500 ha	--	--	--	295	295	--
500 a < 2.500 ha	792,9	792,9	--	520,3	520,3	--
2.500 ha ou +	1.609,8	1.609,8	--	3.048,4	3.048,4	--
Total	1.254,7	1.254,7	--	2.120,3	2.120,3	--

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017 (resultados definitivos), tabela 6959.

Analisando-se a produção de soja em Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia (tabela 1), constata-se que esta é uma produção exclusivamente patronal, diretamente proporcional ao tamanho do estabelecimento. Em Santa Maria das Barreiras, os EA acima de 2,5 mil ha foram responsáveis por 72,5% da área colhida (área média de 1,6 mil ha por estabelecimento), enquanto que em Santana do Araguaia, os EA pertencentes a esse estrato foram responsáveis por 92% da área colhida (área média de 3,0 mil ha por estabelecimento).

Por sua vez, a identificação e caracterização dos produtores de soja do Sul do Pará ainda é uma tarefa problemática devido à escassez de dados sobre o assunto, mas se pode dizer, preliminarmente, que a dinâmica de expansão da soja na região vem sendo conduzida por três conjuntos de atores sociais: a) grupos familiares já instalados na região; b) grupos familiares sojicultores do Centro-Oeste/Sul; e, com um único caso, c) grupo (trans)nacional diretamente vinculados ao capital financeiro.

Na primeira categoria, identificada como grupos familiares já instalados na região, considera-se aqueles de migração mais antiga, já situados como grandes produtores bovinos, que, a partir da entrada da soja nessa região, nos anos 2000, passaram a desenvolver a produção de grãos de forma consorciada com a pecuária. Neste grupo, tem-se como exemplo duas famílias que concentram aproximadamente 23.275 ha, entre os municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção. São eles:

1 - Família Tenório, proprietária do Grupo Raízes. Suas propriedades somam cerca de 8.000 ha, sendo pioneiros da Integração Lavoura-Pecuária (ILP) nessa região. De olho no potencial agrícola do Sul paraense, a família Tenório se tornou também representante na região da Case II, do Grupo Fiat, um dos principais fabricantes de máquinas e tratores no país.

2 - Vitório Guimarães, tradicional pecuarista da região e mais recentemente também, sojicultor. Proprietário de várias fazendas, tais como a Vitória Régia e Ouro Verde, em Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, que conformam a posse de 15.345 ha. Ex-presidente do Sindicato Rural de Redenção, atualmente junto com sua esposa, a sojicultora Genny Alves, atua politicamente pela Associação dos Produtores dos Campos do Araguaia -Aprocampo, uma organização que articula os produtores de soja da área do cerrado de Santa Maria das Barreiras.

O segundo grupo, composto por grupos familiares sojicultores do Centro-Oeste/Sul, é o que melhor expressa um movimento de expansão da soja comandado por pessoas que já tem experiência nesta lavoura e estão em busca de terras maiores e mais baratas. Como exemplo tem-se:

1 - Grupo Santana Rios, de Rodolfo Schlatter, de origem paranaense, mas mora em Mato Grosso do Sul, onde funciona seu escritório administrativo e a maioria de suas áreas de produção. Foi um dos pioneiros da produção de soja no Sul do Pará, onde começou a comprar terras a partir de 2002, sendo considerado o maior produtor de soja da região. Apropriou-se das áreas ligadas a antiga fazenda Fartura, somando 19 propriedades entre Redenção, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, que somadas ocupam uma área de 63.432 ha.

2 - O Grupo Bocchi, do proprietário, Ednilson Bocchi, paranaense, mas com residência em Santana do Araguaia, onde adquiriu a antiga fazenda Manah Agropecuária, dois imóveis localizados em Santana do Araguaia, que ocupam uma área de 11.404 ha, onde produz milho, soja e pecuária. Atualmente é presidente do Sindicato Rural de Santana do Araguaia.

3 - O Grupo CVR, de Valdocir Rovaris, é original de Sorriso (MT), onde produz algodão e soja. No Pará é dono de nove fazendas, entre elas as Fazendas Cristo Rei e Furacão, ambas em Santana do Araguaia. Controla uma área de 12.401 ha.

4 - A Agropecuária Cataratas é de propriedade da família Sarabia, que possui uma filial em Redenção desde 2014. Sua atividade econômica principal é a soja, mas também dispõe de um amplo portfólio nacional: com fazendas de gado e equinos, comércio atacadista de soja, de defensivos agrícolas, produção de sementes, transporte rodoviário, serviços de preparação de terreno e de pulverização, atividades pós-colheita. Os donos moram todos fora do Brasil. Na região, eles são conhecidos como o grupo paraguaio, pois são plantadores de soja naquele país, e suas fazendas estão muito bem localizadas nas margens da BR-158, principal rodovia de escoamento da soja no Sul do Pará, também possuem um grande secador de soja, responsável pelo armazenamento de vários médios produtores locais.

5 - Jocelito Krug, que vem de uma família tradicional de Mato Grosso do Sul. Foi prefeito de Chapadão do Sul, entre 2005-2012, pelo MDB, e também foi presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul). Entre 2011-2012, comprou a fazenda Santa Fé e outras duas fazendas de pecuária, da antiga Agropastoril Araguaia, que juntas conformam uma área de 36.322 ha, em Santana do Araguaia, onde planta soja.

Identifica-se ainda um terceiro segmento representado por fundos financeiros que atuam na produção agropecuária no Sul do Pará:

1 - A Agropecuária Santa Bárbara, pertence ao Fundo *Opportunity* de Daniel Dantas, que possui muitas fazendas no Sul e Sudeste do Pará, prioritariamente para pecuária. Em 2011, esse grupo adquiriu terras no município de Santana do Araguaia e, em parte delas, está plantando soja.

Esse último segmento, aparenta ser ainda um caso relativamente isolado na região e, portanto, não reflete um movimento mais amplo de aquisição de terras por grandes grupos econômicos (trans)nacionais.

Apesar disso, o poder estruturante da atividade por grupos econômicos como esses não pode ser ignorado. Segundo um entrevistado (Informação verbal. Avaliador de terras, [out. 2019]), o diretor local do grupo Santa Bárbara nessa região, desde 2009, é um engenheiro agrônomo que, entre 1992 e 1998, foi gerente de uma grande fazenda local oriunda dos financiamentos da Sudam, foi presidente do Sindicato Rural de Santana do Araguaia e é ex-Secretário de Agricultura deste município. Esse diretor tem atuado muito na dinamização da soja na região, o que mostra o poder de um grupo como este de influenciar nas dinâmicas locais em função de seus próprios interesses e estratégias.

No que diz respeito às principais organizações representativas dos segmentos sojeiros na região, identificou-se: os Sindicatos de Produtores Rurais municipais, que não são exclusivas da soja, pois abrigam também outros segmentos do agronegócio regional, especialmente a pecuária; as associações de produtores de grãos/soja, como entidades que defendem os interesses mais específicos desse setor. O Sindicato Rural que é a organização mais antiga na região, formada principalmente pelos primeiros pecuaristas, que migraram nos anos de 1970 e 80, enquanto as associações são organização mais recentes (informação verbal. Diretores de Associação Patronal [out. 2019]).

Da relação com as associações, também se observou uma diferença entre os dois principais municípios. Em Santana do Araguaia não foi identificada nenhuma associação de produtores de soja local, sendo priorizada a organização por meio do Sindicato de Produtores Rurais, cujo atual presidente é um grande plantador de soja, e a participação na diretoria da associação nacional Aprosoja. Já em Santa Maria das Barreiras, em especial na nova área de expansão, os produtores criaram uma organização local, a Aprocampo, cuja sede encontra-se em Redenção. Membros dessa associação chegaram a disputar a presidência do Sindicato Rural de Redenção, na última eleição, sendo, no entanto, derrotados por uma chapa mais estreitamente ligada à atividade pecuária.

Apesar de sinais de possíveis disputas pela representação local do agronegócio, essas, não aparentam refletir diferenças significativas no que se refere aos interesses centrais da estruturação do agronegócio em escala regional e nacional. Questões como a melhoria da infraestrutura de escoamento da produção e a necessidade de ‘segurança jurídica’ do setor agropecuário, especialmente com o fim da política de reforma agrária, a facilitação da regularização fundiária e a flexibilização da regulação ambiental são pontos chaves que aparecem nos projetos de todas elas.

3 EXPANSÃO DA SOJA E TENSÕES TERRITORIAIS NO SUL DO PARÁ

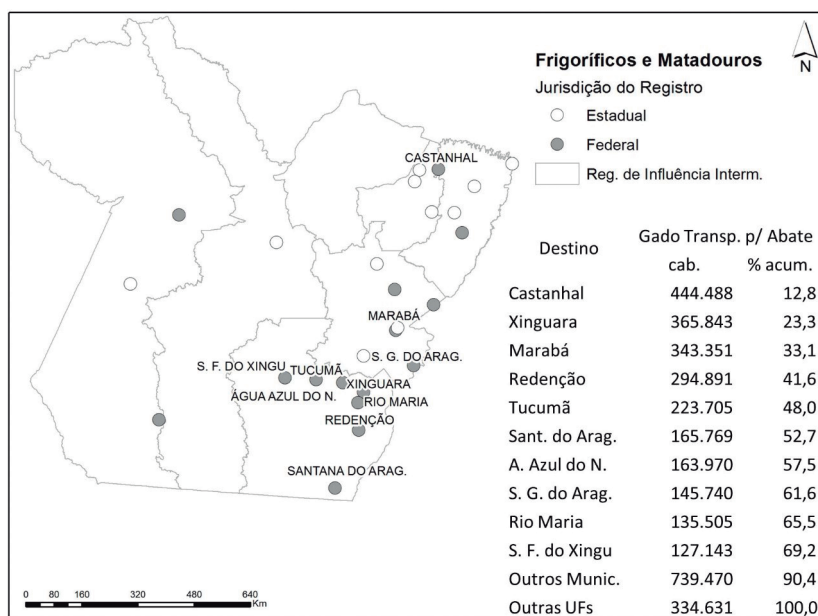
A expansão da soja no Sul do Pará tem gerado novas tensões territoriais associadas a conflitos de interesses em torno da apropriação e dominação da terra, tensões que se desenvolvem num marco de plena inserção da região na estratégia de acumulação mundial, e que dessa forma liga-se tanto aos conflitos entre o setor patronal e a política de reforma agrária, como também, em relação as disputas entre as frações da agricultura patronal da soja e da pecuária.

No âmbito da expansão do agronegócio no Sul do Pará, o recente crescimento das áreas colhidas com grãos, especialmente com soja, gera tensões com a atividade mais antiga e, relativamente, mais consolidada: a pecuária de corte. Essas disputas, cujo eixo central é a capacidade de ambas as atividades controlarem o processo de destinação das terras para diferentes usos produtivos, não podem ser compreendidas apenas a partir dos embates entre os proprietários de terras, pois envolvem interesses e estratégias mais amplos das corporações estruturadoras dessas atividades, como frigoríficos e grupos responsáveis pelo financiamento, comercialização e viabilização da logística da soja.

A logística da pecuária na região, envolve frigoríficos com registro federal, isto é, com a possibilidade de exportação e comercialização

no mercado nacional, e frigoríficos com registro estadual. Conforme a ilustração 3, no ano de 2016, de todo o gado com origem no Pará transportado para abate, 90,4% foi abatido no próprio estado e 69,2% destes em 10 municípios paraenses. Dentre esses, encontram-se Redenção e Santana do Araguaia, que foram o destino, naquele ano, de, respectivamente, 8,5% e 4,8% do gado transportado para corte.

Ilustração 3 - Localização dos principais frigoríficos e matadouros bovinos no Pará e destino do gado transportado para abate, em 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIGSIF/MAPA; Relação de Frigoríficos. Cadastrados/ADEPARÁ; Relatório de Trânsito Condensado 2016/ADEPARÁ.

Analisando-se o transporte de gado para abate nos municípios que compõem o extremo sul do Pará (tabela 2), observa-se que das 294,9 mil cabeças de gado recebidas para abate em Redenção, 65,4% tiveram origem na região estudada (Cumaru do Norte e Santa Maria das Barreiras

com 27,9% e 20,4%, respectivamente) e das 165,8 cabeças de gado recebidas para abate em Santana do Araguaia, 86,5% tiveram origem na região (Santana e Cumaru do Norte 48,1% e 27,5%, respectivamente). O gado enviado para Redenção e Santana do Araguaia, pelo lado da saída, significou 86,8% de todo o gado destinado para abate originário de Cumaru do Norte, 74,7% de Santa Maria e 87,4% de Santana do Araguaia. Nota-se, portanto, que a produção dessas áreas é significativa para o abastecimento desses frigoríficos, o que poderia tornar-se um problema, caso a soja avance expressivamente sobre as áreas de pastagem, uma vez que o custo de deslocamento do boi vivo é um fator determinante para o estabelecimento do raio de abastecimento de cada abatedouro.

Tabela 2 - Trânsito de gado para abate em 2016 (municípios selecionados)

Destino	Red.	Sant.	Sta. M.	Mun. PA	Outras UF	Total	
Origem	%	%	%	%	%	%	cab.
Cumaru	55,9	30,9	0,0	10,2	3,0	100,0	147.358
Redenção	63,1	1,2	-	34,6	1,1	100,0	70.243
Sta. Maria	58,0	16,7	0,9	22,5	1,9	100,0	103.987
Santana	6,1	81,3	0,1	6,3	6,3	100,0	98.081
Cumaru	27,9	27,5					
Redenção	15,0	0,5					
Sta. Maria	20,4	10,5					
Santana	2,0	48,1					
Outros PA	34,6	13,5					
Total	%	100,0	100,0				
	cab.	294.891	165.769				

Fonte: Relatório de Trânsito Condensado 2016/ADEPARÁ

Como perspectiva de minimizar esse conflito, o discurso predominante entre os defensores da expansão da soja na região é que essa

cultura, mesmo sendo implantada em áreas de pastagens antigas, pode contribuir para a elevação da produtividade da pecuária, não ocasionando a redução do rebanho. Segundo essa perspectiva, as lavouras de grãos podem ter diferentes tipos de associação com a atividade pecuária, o que eliminaria os conflitos entre as duas principais atividades do agronegócio regional e reduziria os riscos de que a conversão de pastagens em áreas de cultivo gerasse uma queda da produção pecuária e, conseqüentemente, uma dificuldade no abastecimento dos frigoríficos. Nesse sentido, a pecuária poderia ampliar sua produção mesmo com redução das áreas de pastagens, em função de uma maior produtividade obtida seja pela melhoria das pastagens, seja pela redução de custos de suplementação da alimentação animal com grãos e seus resíduos, em caso de confinamento.

Nesse prisma, todos os agentes envolvidos na expansão da soja entrevistados apontaram o sistema da integração lavoura-pecuária (ILP) como caminho tecnológico mais indicado para essa região, com a utilização da mesma área por até 3 safras anuais. Nesse sistema, a lavoura de soja é plantada no início do período chuvoso, sendo substituída, por capim ou ainda pelo milho safrinha semeado junto com o capim. Em qualquer desses casos, tem-se a formação de pastagens temporárias após a colheita dos grãos permitindo a utilização dessas áreas para a “safrinha do boi” na estiagem. Segundo um pesquisador da Embrapa, instituição que possui uma das Unidades de Referência Tecnológica em ILP na Fazenda Vitória Régia, em Santana do Araguaia, nesse sistema a pastagem se beneficia da forte adubação química das lavouras e, por sua vez, produz palhada a ser incorporada ao solo nas lavouras seguintes (SILVA, s/d). Tanto o milho, como o capim forrageiro, pode ser colhido para a produção de silagem para o gado em confinamento.

Os dados do Censo Agropecuário 2017, todavia, não indicam que a associação pecuária e lavoura já tenha se consolidado na área. Conforme a tabela 3, no grupo de estabelecimentos patronais da região geográfica imediata de Redenção, dentre aqueles que possuem a produção de lavouras

temporárias como atividade principal, apenas 16,2% também possuem alguma produção pecuária que, contudo, corresponde a apenas 4,0% do valor bruto da soma dessas duas produções. No caso dos estabelecimentos que possuem a criação animal como atividade principal, apenas 8,8% possuem produção de lavoura temporária, que corresponde a 6,2% do valor bruto de ambas. Predomina, portanto, uma forte especialização em cada uma dessas atividades.

Tabela 3 - Produção pecuária e de lavouras temporárias nos estabelecimentos patronais da região geográfica imediata de Redenção, em 2017.

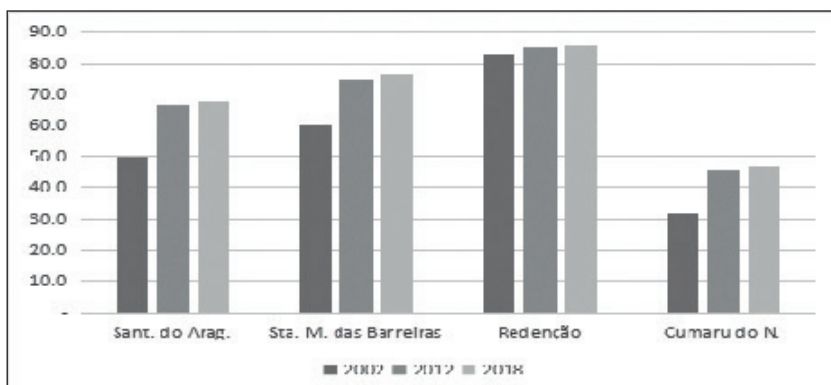
Grupo Ativ. Econ.	Estabelecimentos com Produção e Valor Bruto da Produção					
	Pecuária	Lav. Temp.	Total	Pecuária	Lav. Temp.	Total
	Estab.			%		
Prod. Lav. Temp.	71	368	439	16,2	83,8	100,0
Pec. e Outros	1.511	145	1.656	91,2	8,8	100,0
Total	1.582	513	2.095	75,5	24,5	100,0
	milhões R\$			%		
Prod. Lav. Temp.	15,6	371,9	387,6	4,0	96,0	100,0
Pec. e Outros	482,8	31,6	514,5	93,8	6,2	100,0
Total	498,5	403,6	902,1	55,3	44,7	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário 2017, tabela 6897.

Observando a ilustração 1, que indica qual a porcentagem da área de floresta desmatada nos municípios analisados, nota-se alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, que o *boom* da expansão da soja, após 2012, não levou a um aumento tão significativo no desflorestamento quanto no período anterior, o que corrobora as falas dos atores locais envolvidos na produção de soja de que essa cultura apenas se utiliza de áreas de

pastagens já existentes. Em segundo lugar, que Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, seguindo o exemplo de Redenção, já apresentam um percentual bastante elevado de supressão florestal, o que limita a continuidade da expansão de novas áreas de pastagens. Por fim, que nessa região, o maior estoque de áreas com floresta se encontra em Cumaru do Norte que, no caso de uma continuidade da expansão de pastagens, tende a ser o principal destino. Assim, caso o sistema de produção via ILP não se consolide na região, há risco de que a garantia do abastecimento dos frigoríficos de carne na região impulse o desmatamento nas áreas mais a Oeste, em especial, em Cumaru do Norte, agravado pelo fato de que parte significativa desses remanescentes florestais são terras indígenas, o que pode aumentar a pressão sobre elas.

Ilustração 1 - Evolução da área de floresta desmatada nos municípios do extremo sul do Pará.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PRODES/INPE.

Ainda sobre a questão do desflorestamento, o discurso de que a soja não influencia esse processo, escamoteia um fato relevante: desde o início a expansão da soja na região, especialmente em Santa Maria das Barreiras, deu-se sobre manchas de cerrado (vegetação savana) com um menor custo de aquisição e com facilidades para mecanização (informação verbal. Gestor público [out, 2019]).

Como o principal instrumento de monitoramento do desmatamento na Amazônia refere-se apenas às áreas de floresta, as áreas de cerrado não são consideradas nas estatísticas do PRODES/INPE, porém relatos dos entrevistados indicam que esta vegetação, apesar de mais aberta, tem sido convertida em plantios de soja, acarretando a perda de espécies nativas como o pequi e o tucumã, comuns nos pastos ‘sujos’ e que antes podiam ser coletadas pela população local (Informação verbal. Avaliador de terras. [out, 2019]).

Além da problemática dos desmatamentos, a expansão da soja traz um outro tipo de tensão territorial na região: a utilização massiva de agrotóxicos, inclusive com pulverizações aéreas. Considerando apenas os estabelecimentos agropecuário patronais, agrupados por tamanho de área de lavoura, observa-se, conforme a tabela 4, que quanto maior a extensão do plantio, maior a frequência de uso de agrotóxicos. No caso de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, além do pacote de agrotóxicos preconizado para as culturas de grãos, a introdução da rotação de culturas (soja + milho de safrinha) e, eventualmente, a alternância com pastagem para a ‘safrinha do boi’, amplia o uso desses produtos, pela necessidade de apressar a colheita da soja com uso de desfolhantes, além do maior uso de herbicidas para morte das forragens antes dos cultivos agrícolas.

Tabela 4 - Utilização de agrotóxicos por estabelecimentos patronais, em 2017, segundo tamanho de áreas de lavoura.

Área de lavoura	Sta. M. das Barreiras		Santana do Araguaia	
	Usou	Não Usou	Usou	Não Usou
	%	%	%	%
< 10 há	20,7	79,3	7,7	92,3
10 a < 50 ha	40,0	60,0	50,0	50,0
50 a < 100 ha	-	-	100,0	-
100 a < 500 ha	55,6	44,4	100,0	-
500 ha ou +	86,4	13,6	95,7	4,3

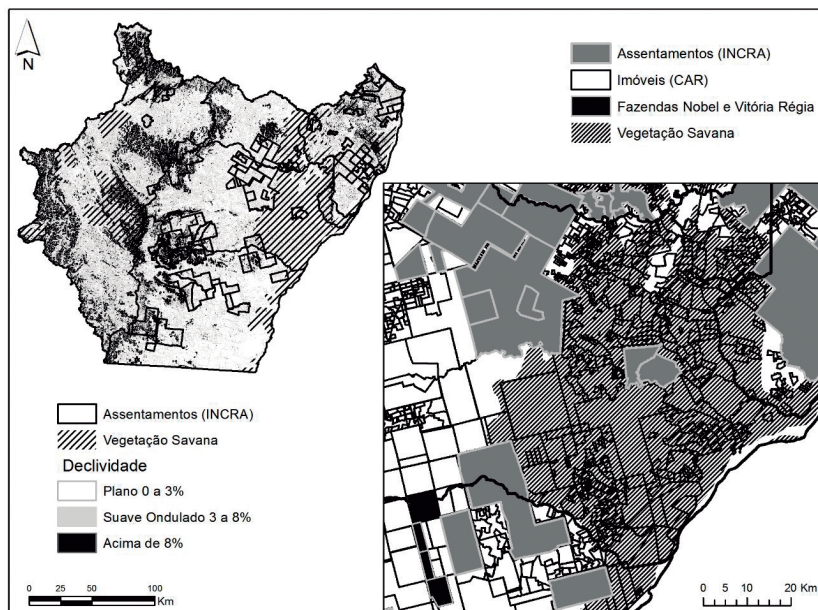
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário 2017, tabela 6852.

Agricultores familiares têm denunciado problemas decorrentes dessas pulverizações aéreas na atividade apícola nas áreas de cerrado de Santa Maria das Barreiras, levando a que o deputado estadual Dirceu Ten Caten (PT), com apoio do Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos, coordenado pelo Ministério Público do Estado do Pará (2019), apresentasse projeto de lei que proíbe a pulverização aérea no estado (PL 224/2019). Esse PL, que está em tramitação, tem recebido oposição dos agentes impulsionadores da soja no sul do estado, conforme pode ser observado nesse recorte da entrevista com um representante da Aprocampo que argumenta pela inviabilidade econômica da eliminação da pulverização aérea:

Se a gente tivesse falando de um alqueire de terra que você pudesse colocar uma bombinha nas costas e fazer, tudo bem. Mas nós estamos falando de comida para o mundo, e o mundo não para de crescer. Não tem como você fazer mil, dois mil, quatro mil, cinco mil, dez mil hectares de plantio com uma bombinha nas costas. [...] O futuro é pulverização com drone, mas enquanto o drone não chega, a pulverização aérea é uma solução, pensando nos custos de produção. As pessoas reclamam que a comida tá cara, mas se você falar que vai ter que pagar 200 homens com uma bombinha nas costas para pulverizar, isso vai refletir no valor da produção. Então essas políticas precisam ser discutidas urgentemente com seriedade, sem utopias. (Informação verbal. Diretor de Associação Patronal [out, 2019]).

Além das tensões decorrentes de desmatamento do cerrado e do uso intensivo de agrotóxicos, essa área de expansão da soja tem levado também a novas disputas pela terra. A ilustração 4, indica, no conjunto dos municípios estudados, as áreas em que predomina uma declividade plana ou suave ondulada (abaixo de 8%) e as áreas em que prevalece um relevo mais acidentado que limita a mecanização agrícola. Desde essa perspectiva, a parte leste do município de Santana do Araguaia e a região de cerrado (vegetação savana) do município de Santa Maria das Barreiras são as que apresentam melhores condições para a expansão da soja.

Ilustração 4 - Manchas de relevo e vegetação favoráveis à expansão da soja em Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MMA (vegetação), CPRM (declividade do relevo), INCRA (assentamentos), CAR (imóveis cadastrados).

Em destaque na ilustração 4, observa-se a área de cerrado de Santa Maria das Barreiras onde, diferentemente de Santana do Araguaia e Cumaru do Norte, predominam, pelo menos em parte dela, propriedades menores que 2,5 mil ha, o que tem facilitado a aquisição de área por produtores de soja de menor porte que os de Santana do Araguaia e Cumaru do Norte. Na corrida por terras que vem se dando nessa área específica, vem crescendo a pressão sobre os assentamentos do seu entorno, que já apresentam casos de aquisição de lotes por sojicultores.

Também em destaque na ilustração 4 se pode observar as Fazendas Nobel do Pará e Vitória Régia, que foram palco de conflitos

entre agricultores sem-terra e fazendeiros entre os anos de 2007 e 2013. Esses conflitos demarcam o fim do período de criação de assentamentos nesses municípios, em que as ocupações perderam a capacidade de gerar desapropriações pelo Incra, a revalorização da terra e a retomada do interesse dos grandes proprietários em função das perspectivas de expansão do agronegócio na região (MACHADO, 2013).

Desde então, a pressão dos grandes fazendeiros pela apropriação de terras vem se dando de forma crescente, barrando a criação de novos assentamentos. Desde 2008, se por um lado, foram pouquíssimos os assentamentos criados nesta região, por outro, vários mecanismos vêm sendo acionados por atores patronais regionais no intuito de se reapropriar de lotes de reforma agrária e subordiná-los a outros projetos produtivos, tais como a extração madeireira, o plantio de grãos e até mesmo a extração mineral (Informação verbal. Assentado. [out, 2019]).

Além disso, durante entrevista realizada no âmbito desta pesquisa, os representantes da Aprocampo enfatizaram que as áreas disponíveis para a produção de grãos são poucas, considerando tanto o grande número de projetos de assentamentos existentes, bem como os percentuais a serem destinados à reserva legal nas propriedades. A afirmação de que já existem assentamentos demais na região, é reclamação constante, juntamente com a acusação de que essas áreas não produzem nada e que a solução para o problema dos assentamentos seria a titulação dos lotes:

Não tem mais como continuar as invasões, tem que regularizar essa questão [...] Esses assentamentos estão se tornando favelas rurais. Esse povo não tem o documento, não consegue se autosustentar para chegar em um banco, conseguir financiamento para comprar seu tratorzinho, e mesmo com a ajuda do governo não consegue se manter. [...] os grandes grupos estrangeiros hoje não querem terra aqui, pois não tem segurança para investir. [...] Veja o caso de Marabá, dizem que em um raio de 100 km de Marabá vai virar tudo assentamento, invasão. Ninguém quer investir lá, não, porque não tem segurança. Tu vais meter um caminhão de dinheiro, enterrar meio mundo de adubo, pulverizar, investir em máquina pesada, pra

depois de um pouco te tomarem? (Informação verbal. Diretor de Associação Patronal [out, 2019]).

Então o que vai acontecer com um assentamento desses? Se ele tiver o título e não conseguir produzir, vem um produtorzinho pequeno lá do Goiás, do Rio Grande do Sul, que tá na 3ª ou 4ª geração, vai vir para cá, comprar o título e vai produzir. (Informação Verbal. Diretor de Associação Patronal [out, 2019]).

Sintetizando as perspectivas apontadas pelos representantes da Aprocampo, há uma limitação na disponibilidade de terras produtivas na região em função da grande quantidade de projetos de assentamento, além das limitações impostas pelas reservas legais dos imóveis rurais. Nesse sentido, eles propõem o fim da criação de novos assentamentos e a titulação de todos os já existentes, de forma a recolocá-los no mercado de terras. Para eles, a insegurança jurídica estaria na raiz tanto das irresponsabilidades no uso dessas áreas, a exemplo da realização de queimadas descontroladas, como das dificuldades de financiamento da produção.

Ainda de acordo com essa lógica, a possibilidade de permanência dos assentados em suas terras, especialmente naquelas de maior declividade – que impede a mecanização das lavouras –, é se vincular, de forma subordinada, ao projeto regional do agronegócio, assumindo linhas de produção com maior exigência de força de trabalho, como a criação de pequenos animais e a pecuária leiteira, intensificadas pelo consumo de subprodutos das grandes lavouras de milho e de soja, especialmente se forem instaladas esmagadoras de grãos na região. Para eles:

Nós temos movimentos aqui, como a Fetagri e a Fetraf, que aqui são grupos terroristas, mas se você for para o sul do país você vê a Fetagri e a Fetraf trabalhando junto com o grande e produzindo muito. [...] Você tem cooperativas com apoio dessas federações da agricultura familiar que funcionam mesmo. Você vai lá, eles estão produzindo, mas porque tiveram o entendimento de caminhar junto com o produtor grande. (Informação verbal. Diretor de Associação Patronal [out, 2019]).

Apesar dessas perspectivas, os conflitos por terra seguem ocorrendo na região, o que não permite afirmar que o avanço do agronegócio da soja tenha levado a uma estabilização da posse da terra. Isto porque segundo a Comissão Pastoral da Terra (s/d), entre 2012 e 2018, foram registradas 11 áreas em conflito em Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, sendo que 4 delas se referem a novas ocupações de agricultores sem-terra (CPT, s/d). Desse modo, o que se observa até o momento é uma pressão e articulação política pelo fim de qualquer iniciativa de democratização do acesso à terra, como parte da estratégia de apropriação e controle do agronegócio que tanto não resolvem, de imediato, os velhos conflitos fundiários, como também fomentam novas disputas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traz uma reflexão sobre os efeitos da expansão da soja na dinâmica agrária no Sul do Pará, levando-se em consideração elementos como as características dos principais protagonistas desse processo, seus interesses e estratégias, o que inclui suas interações com outros segmentos do agronegócio regional, bem como novas tensões e disputas em curso.

Percebeu-se uma diferenciação entre os três municípios estudados. Em Santana do Araguaia, uma expansão da soja mais consolidada e dirigida por produtores nacionais oriundos do Centro-Oeste/Sul, que adquiriram grandes glebas de terra no município a partir dos anos 2000, aproveitando-se da existência prévia de estabelecimentos pecuários em crise com o fim dos incentivos fiscais da Sudam. Em Santa Maria das Barreiras, uma área de expansão mais recente da soja, protagonizada por pecuaristas já instalados na região, criando nova pressão pela terra, sobretudo os assentamentos criados pelo Incra no Sul paraense, em um processo que pode levar a reconcentração da terra na região. Por fim, Redenção, que se destaca como um centro político e administrativo numa região ainda bastante dominada pela pecuária, mas onde a presença da soja começa a se tornar expressiva.

Nesse contexto, apesar de algumas tensões territoriais entre os grupos sojicultores e pecuaristas, observa-se uma convergência de ações materializadas em torno de demandas ao Estado pela melhoria da infraestrutura para escoamento da produção, pela ‘segurança jurídica’ da terra, associada à regularização ambiental das grandes propriedades, o encerramento do programa de reforma agrária na região e a consequente titulação dos lotes nos assentamentos já existentes. A dinâmica dessa aliança pode também avançar no campo produtivo, associando a rotação de plantio de soja, milho de safrinha e pasto e dos sistemas de comercialização dos grãos, com a soja para exportação e o milho para complementação da nutrição animal local. No entanto, os dados coletados indicam ainda poucos avanços na direção da consolidação de um sistema produtivo agropecuário integrado soja-gado na região.

O avanço da soja traz ainda novas tensões territoriais, o que inclui impactos econômicos (aumento do preço das terras), impactos sociais (deslocamento compulsório de assentados e outros pequenos produtores de suas terras, conflitos fundiários, redução da diversidade dos gêneros agropecuários produzidos, concentração da terra etc.) e impactos ambientais (uso intensivo de agroquímicos com contaminação do solo e da água, risco de deslocamento das pastagens para áreas mais interiorizadas da Amazônia, inclusive terras indígenas etc.).

Mesmo sendo protagonizados por agentes locais, esses processos mostram estreita vinculação com as dinâmicas expansivas mais gerais do agronegócio brasileiro, seja pela presença direta de grupos familiares que se deslocaram de outras regiões produtoras de soja, em busca de terras maiores e mais baratas, seja pela presença estruturadora das grandes corporações mundiais ligadas ao financiamento, logística e comercialização de grãos e carnes. Independente da presença ainda restrita de grandes grupos (trans)nacionais, como a Agropecuária Santa Bárbara, o estudo mostra a importância da participação das frações dominantes regionais nas disputas não apenas pela terra em si, mas, sobretudo, pelas dinâmicas

territoriais que imprimem um contexto regional favoravelmente alinhado com as prerrogativas do agronegócio nacional e mundial: a privatização e a mercantilização total das terras, a flexibilização das regulações ambientais e o bloqueio dos projetos de reforma agrária. Portanto, esses agentes locais, mesmo que aparentemente protagonistas nessa fase de expansão das *commodities*, podem ser considerados como mediadores de processos mais amplos de apropriação e controle sobre as terras que extrapolam a realidade local.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Áreas em Conflito** – vários anos. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/4-areas-em-conflito?Itemid=-1>. Acesso em: 31 jan. 2020.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

MACHADO, Ismael. Tu sabes que se a gente perder a terra, tu vais perder a vida. **Reportagem Pública**: agência de jornalismo investigativo, 29 jun. 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/07/tu-sabes-se-gente-perder-terra-tu-vais-perder-vida/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Projetos que controlam uso de agrotóxicos recebem apoio do MPPA. **MPPA**, Belém, 3 set. 2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/projetos-que-controlam-uso-de-agrotoxicos-recebem-apoio-do-mppa.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, Arystides Resende. **ILPF é aposta para agropecuária sustentável na Amazônia paraense**. Disponível em: https://www.embrapa.br/web/rede-ilpf/home/-/asset_publisher/i9OB18TSvnot/content/artigo-ilpf-e-aposta-para-agropecuaria-sustentavel-na-amazonia-paraense/1354300/maximized?inheritRedirect=false. Acesso em 10 fev. 2020.

Texto submetido em 28.02.2020.

Aceito para publicação em 30.01.2021.